



PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS

2º período letivo de 2016

DISCIPLINA	NOME
EP 165	Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis

Horas Semanais						
Teóricas	Práticas	Laboratório	Orientação	Distância	Estudo em Casa	Sala de Aula
4 hrs	2 hrs	0 hrs	0 hrs	0 hrs	S	4 hrs
Nº semanas	Carga horária total		Créditos	Exame	Frequência	Aprovação
15	60 hrs		6	Não	75%	N

Ementa:

Estudo analítico das políticas educacionais no Brasil com destaque para: a política educacional no contexto das políticas públicas; organizações dos sistemas de ensino considerando as peculiaridades nacionais e os contextos internacionais; políticas educacionais e legislação de ensino, organização da educação básica e do ensino superior; impasses e perspectivas das políticas atuais em relação à educação.

Objetivos:

Compreender as principais políticas educacionais brasileiras considerando seus respectivos processos históricos formativos e normativos.

Programa:

- 1º Encontro: Diagnóstico da turma (Atividade Exploradores de Caverna)
- 2º Encontro: O que é direito? Direito/ Estado/Sociedade. Políticas Públicas e Políticas Educacionais (Aula expositiva dialogada)
- 3º Encontro: Direito à Educação nas Constituições Brasileiras (resumo/questões sobre os períodos)
- 4º Encontro: Direito à Educação nas Constituições Brasileiras (Jogo WAR)
- 5º Encontro: Direito à Educação na Constituição de 1988 (Aula expositiva dialogada/ Defendendo posições/Mapa Mental)
- 6º Encontro: Plano Nacional de Educação (G.O./G.D.)
- 7º Encontro: Políticas Educacionais e Trabalho Docente
- 8º Encontro: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Philips 66)
- 9º Encontro: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Discussão)
- 10º Encontro: Temas contemporâneos "Escola sem partido" (Aula expositiva dialogada/ apresentação estudantes)
- 11º Encontro: Financiamento da Educação Básica
- 12º Encontro: Financiamento da Educação Básica
- 13º Encontro: Temas contemporâneos "Reforma do Ensino Médio" (Aula expositiva dialogada/ apresentação estudantes)
- 14º Encontro: Temas contemporâneos "Formação Docente: as licenciaturas no Estado de São Paulo" (Aula expositiva dialogada/ apresentação estudantes)

EMISSÃO:

PÁGINA: 1 de 4

Rubrica:



PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS

2º período letivo de 2016

Bibliografia:

EMISSÃO:
PÁGINA: 2 de 4

Rubrica:



PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS

2º período letivo de 2016

- ABREU, M. A organização da Educação Nacional na Constituição e na LDB. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 1998.
- ALVARENGA, Claudia Helena Azevedo; MAZZOTTI, Tarso Bonilha. Análise dos argumentos que apresentam as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 182-206, Mar. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000100182&lng=en&nrm=iso>. access on 28 July 2017.
- ARREIRA, D. e PINTO, J.M.R. Custo Aluno-Qualidade Inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. São Paulo: Global: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007. Disponível em: http://semanadeacaomundial.org/2014/wp-content/uploads/2016/01/CAQiRoxo_final_23out2007.pdf Acesso em 27 jul 2017.
- ASSIS, A.E.S.Q. Direito à Educação e Diálogo entre Poderes. Tese de Doutorado – FE, UNICAMP: Campinas, 2012;
- ASSIS, Ana Elisa Spaoloni Queiroz et al. Noções Gerais de direito e formação humanística. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BRASIL, Constituição Federal de 1988.
- Brasil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n.º 9.394/96.
- BRASIL, Plano Nacional de Educação Lei n.º 13.005/2014.
- BRZEZINSKI, Iria. Tramitação e desdobramentos da LDB/1996: embates entre projetos antagônicos de sociedade e de educação. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 185-206, Oct. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462010000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 28 July 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462010000200002>.
- CAMPOS, M.R.; CARVALHO, M.A. A educação nas Constituintes Brasileiras. Campinas, SP: Pontes, 1991.
- CUNHA, L. A. A educação nas Constituições Brasileiras: análise e propostas. In: Educação e Sociedade, São Paulo: Cortez, Ano VII, n. 23. Abril de 1986.
- CUNHA, Luiz Antônio. ENSINO MÉDIO: ATALHO PARA O PASSADO. Educ. Soc., Campinas, v. 38, n. 139, p. 373-384, June 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200373&lng=en&nrm=iso>. access on 28 July 2017.
- CURY, C.R.J. Educação nas Constituintes Brasileiras. Educação Brasileira: Brasília, v.7, n. 14, p. 81-106, jan/jun 1985. Semestral.
- CURY, C.R.J. A Educação Básica como Direito. Cadernos de Pesquisa: São Paulo, v. 134, n. 38 p. 293-303, mai/ago.2008. Quadrimestral.
- CURY, C.R.J. Obrigatoriedade da educação das crianças e adolescentes: uma questão de oferta ou de efetivo atendimento. In: Nuances: estudo sobre educação: Presidente Prudente, v. 17, n. 18, p.124-145, jan.dez. 2010. Anual.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. In: Educ. Soc., Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, Junho 2015. Disponível em: . Acesso em: 07 Ago. 2016.
- DUARTE, C. S. Direito Público Subjetivo e Políticas Educacionais. In: São Paulo em Perspectiva: São Paulo, n. 18, p.113-118, fev. 2004. Semestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a12v18n2.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2012.
- FÁVERO, O. (org.) A educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA MEDIDA PROVISÓRIA N o 746/2016: ESTADO, CURRÍCULO E DISPUTAS POR HEGEMONIA. Educ. Soc., Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-404, June 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200385&lng=en&nrm=iso>. access on 28 July 2017.
- FIORI, José Luís. Estado do Bem-Estar Social: Padrões e Crises. Revista Estudos Avançados: São Paulo, n. , p.1-18, 2011. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/textos/fioribemestarsocial.pdf>>. Acesso em: 28 jul 2017
- GATTI, Bernardete Angelina. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. Revista USP. São Paulo, n. 100, p. 33-46, dez.jan.fev. 2013/2014a. Disponível em: Acesso em 04/05/2016.
- HORTA, J. S. B. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. In: Cadernos de Pesquisa: São Paulo, n.104 p.5-34, jul. 1998.
- KATZ, Elvis Patrik; MUTZ, Andresa Silva da Costa. Escola sem partido – produção de sentidos e disputas em torno do papel da escola pública no Brasil. In: ETD- Educação Temática Digital Campinas, SP v.19 n.esp p. 184-205 jan./mar. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/anasqa/Downloads/8647835-25547-1-PB.pdf> Acesso em 27 jul 2017.
- KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. São Paulo: Editora Revista Dos Tribunais, 2002.
- KUENZER, Acacia Zeneida. TRABALHO E ESCOLA: A FLEXIBILIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DO REGIME DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL. Educ. Soc., Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, June 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200331&lng=en&nrm=iso>. access on 28 July 2017.
- MACEDO, Elizabeth. AS DEMANDAS CONSERVADORAS DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E A BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM. Educ. Soc., Campinas, v. 38, n. 139, p. 507-524, June 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200507&lng=en&nrm=iso>. access on 28 July 2017.
- OLIVEIRA, R. P. de. O Direito à Educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de Justiça. In: Revista Brasileira de Educação: Rio de Janeiro, n. 11, p.61-74, mai.ago. 1999. Quadrimestral. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30315-31270-1-PB.pdf>. Acesso em: 28 jul 2017.
- OLIVERIA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (orgs.). Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades. 2.ed. São Paulo: Xamã, 2007.



PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS

2º período letivo de 2016

- PINTO, J. M. R.; ADRIÃO, T. Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil. EccoS, São Paulo, v.8, n.1, jan./jun.2006, p.23-46. Disponível em: <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/eccos/article/viewFile/457/440>> Acesso em 27 jul 2017
- PINTO, J. P. Uma proposta de custo-aluno-qualidade na educação básica. In RBPAAE – v.22, n.2, p. 197-227, jul./dez. 2006. Disponível em: https://nortonsafe.search.ask.com/web?q=caqi++ze+marcelino&chn=1000&doi=2017-06-08&geo=BR&guid=B414D60A-E461-44FE-9EBA-9455045D1EF2&locale=pt_BR&o=APN11920&p2=%5EET%5Efh10br%5E&pert=NS&ver=22.9.4.8&tpr=2&ts=1499342453387. Acesso em 27 jul 2017
- SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional. Autores Associados, 1998.
- SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. Belo Horizonte: Autêntica Autores Associados, 2003.
- SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação v. 14. n. 40, p.143-155, jan./abr. 2009. Disponível em: Acesso em 04/05/2016.
- SENA, P. A legislação do Fundeb. Cadernos de Pesquisa, v.38, n.134, p.319-340, maio-ago.2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0438134.pdf>>. Acesso em 27 jul 2017
- SOUZA, Donaldo Bello de; MENEZES, Janaína Specht da Silva. Elaboração e aprovação de planos de educação no Brasil: do nacional ao local. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro, v. 23, n. 89, p. 901-936, Dec. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362015000400901&lng=en&nrm=iso>. access on 28 July 2017.
- VENCO, Selma. Terceirização nos tempos do cólera: o amor do setor público à precariedade. Argumentos Pró-Educação, Pouso Alegre, v. 1, nº 3, p. 392 – 407, set. - dez., 2016. Disponível em: <http://ojs.univas.edu.br/index.php?journal=argumentosproeducacao&page=article&op=view&path%5B%5D=132&path%5B%5D=132>. Acesso em 28 jul. 2017
- VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19013> Acesso em: 28 jul 2017

Outros:

Projeto de Lei Escola Sem Partido.

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Disponível em:

<http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2017/Mar/ADI%205537.pdf> Acesso em 27 jul 2017.

Deliberação CEE/SP n.º 111/2012

Deliberação CEE/SP n.º 126/2014

Em termos comparativos ambas podem ser encontradas em: <http://www.fct.unesp.br/Home/Graduacao/Pedagogia/deliberacoes-cee-111-de-2012-e-126-de-2014.pdf>

Deliberação CEE 154/2017 (disponibilizar teleduc)

Critérios de Avaliação:

A avaliação será por meio de atividades realizadas em sala de aula totalizando nota 10,0; bem como considerando a presença mínima de 75%.

Observações:

ASSINATURAS:

EMISSÃO:

PÁGINA: 4 de 4

Rubrica: